

1 **Ata da 2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva (CTC) do Comitê do Baixo**  
2 **Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI) no ano de 2025, realizada no dia 19 de setembro**  
3 **de 2025 (sexta-feira), às 14h, no formato online,** com a seguinte **ordem do dia:** 1 -  
4 **Abertura; 2 – Aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva**  
5 **(CTC), realizada em 07/08/25; 3 – Apreciação de minuta de resolução de aprovação de**  
6 **cota-alvo para a Lagoa Feia, definida no GTMC para o período de inverno do ano de**  
7 **2025; 4 – Apreciação de minuta de resolução sobre a prorrogação da delegação à**  
8 **AGEVAP das funções inerentes à Agência de Água do CBH-BPSI; 5 – Apreciação de**  
9 **minuta de resolução sobre hierarquização de municípios da RH-IX para destinação de**  
10 **recursos para projetos de Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES); 6 – Assuntos gerais;**  
11 **7 – Encerramento. Item 1 – Abertura:** Reunião iniciada às 14h22 em primeira chamada  
12 pelo coordenador Zenilson Coutinho (Asflucan), com sete titulares presentes. Demais  
13 membros presentes: Alan Vargas (Inea), Daniele Alvarenga (Município de Bom Jesus do  
14 Itabapoana), Ramon Fonseca (Águas do Paraíba), Juliana Rangel (Coagro); José Armando  
15 Barreto (Município de Italva), José Grimaldi (Aprudom), Romulo Viana (Redi), Luiza Salles  
16 (Ecoanzol), Luiz Geraldo (Aprusam). Equipe Agevap presente: Amaro Neto, Antonio  
17 Ednaldo e Thaís Nacif. Zenilson Coutinho falou que a diretora Luiza Salles solicitou  
18 antecipação do item 5 da pauta para favorecer sua participação e do Ednaldo, que estão  
19 em trânsito. Foi aprovado que o item 5 passasse para o início, ficando como item 3. **Item**  
20 **2 – Aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva (CTC),**  
21 **realizada em 07/08/25:** A ata foi aprovada por unanimidade. **Item 3 – Apreciação de**  
22 **minuta de resolução sobre hierarquização de municípios da RH-IX para destinação de**  
23 **recursos para projetos de Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES):** Antonio Ednaldo  
24 pediu a Ingrid Delgado que contextualizasse a relevância do tema para o comitê,  
25 especialmente sobre a importância da apreciação da minuta da resolução de  
26 hierarquização para saneamento. Ingrid Delgado explicou que o plano de bacia aprovado  
27 em 2021 identificou a hierarquização de municípios para saneamento, mas a necessidade  
28 de repensar a alocação de recursos surgiu devido a concessões privadas, que limitam o  
29 investimento de dinheiro público. Antonio Ednaldo Souza Oliveira concluiu que a  
30 resolução será submetida à CTC para contribuições, e, uma vez aprovada, servirá como  
31 base legal para a AGEVAP iniciar investimentos nos municípios prioritários. Thaís Nacif  
32 ressaltou que as concessões impedem investimentos em saneamento urbano, mas  
33 permitem que investimentos em saneamento rural sejam feitos em outros municípios da  
34 bacia, o que foi crucial para a hierarquização dos municípios. Antonio Ednaldo explicou  
35 que a minuta de resolução aprova a hierarquização dos municípios da região hidrográfica  
36 nove para receberem projetos de sistema de esgotamento sanitário. Ele também  
37 mencionou a Lei Estadual nº 107, que alterou a obrigatoriedade de 70% para 20% nos  
38 índices de atendimento de esgoto sanitário, e destacou a importância da atuação do  
39 comitê no orçamento básico. Antonio Ednaldo detalhou os critérios utilizados para a  
40 hierarquização dos municípios para investimentos em esgotamento sanitário. Falou que


41 foi considerado o panorama de concessões de saneamento fornecido pela Agenesra e o  
42 processo de Manifestação de Interesse (PMI) do Cidennf para concessão de serviços de  
43 água e esgoto. Explicou que os municípios que não possuem mecanismos de concessão,  
44 como Porciúncula, São João da Barra, Varre-Sai e Santa Maria Madalena, são os únicos  
45 aptos a receber recursos do comitê. Ednaldo apresentou um quadro que detalha a  
46 relação custo-benefício para investimentos em saneamento, analisando a carga de  
47 lançamento de esgoto e o investimento necessário por município. Ele destacou que Varre-  
48 Sai e Santa Maria Madalena, apesar de aparecerem em posições mais baixas na  
49 hierarquização devido à falta de dados de investimento no Atlas de Esgotamento  
50 Sanitário de 2017, possuem cargas de lançamento muito pequenas e exigiriam  
51 investimentos menores, o que os tornaria mais prioritários se esses dados estivessem  
52 disponíveis. Falou que, considerando os municípios aptos a receber investimentos e os já  
53 contemplados, a hierarquização final foi feita com base na população e nos investimentos  
54 anteriores. Porciúncula, que já recebeu contrapartida do comitê, e Santa Maria  
55 Madalena, que teve investimentos do Protratar 2 (Ceivap), foram classificados em  
56 terceiro e quarto lugar, respectivamente, após Varre-Sai e São João da Barra. A proposta  
57 é que Varre-Sai, com menor população e menor investimento necessário, seja o principal  
58 foco, seguido por São João da Barra. José Armando Barreto levantou uma preocupação  
59 sobre a fundamentação da hierarquização, alegando que o processo do Cidennf, em que  
60 o relatório se baseou, foi impugnado judicialmente por inconsistências. Ele argumentou  
61 que, se a decisão for baseada em um trabalho legalmente impedido, o comitê pode  
62 enfrentar problemas futuros para utilizar os recursos, prejudicando municípios como  
63 Italva, que está sendo excluído da hierarquização. Antonio Ednaldo esclareceu que os  
64 municípios envolvidos no PMI do Cidennf não estão sendo contemplados na análise para  
65 evitar complicações futuras. Ingrid Delgado afirmaram que a informação sobre a  
66 impugnação judicial do processo do Cidennf era nova para eles. Elas sugeriram pedir um  
67 posicionamento oficial do Cidennf para documentar a situação e, caso a concessão não  
68 avance, a hierarquização poderá ser refeita para incluir os municípios afetados. A  
69 intenção é seguir com a resolução atual para evitar atrasos nos investimentos em  
70 saneamento urbano. Ingrid Delgado expressou preocupação com o atraso nas ações do  
71 BL de bacias, que a GEVAP, parceira do comitê, executa junto aos membros. José  
72 Armando Ribeiro Barreto sugeriu que o CIDEF, provocado pelo comitê, poderia responder  
73 em uma semana, permitindo a aprovação da resolução. Ele alertou para a inconsistência  
74 atual que poderia causar grandes prejuízos futuros se a resolução fosse aprovada sem a  
75 informação ideal. José Armando Ribeiro Barreto enfatizou a necessidade de uma  
76 comunicação oficial com o Cidennf para obter uma resposta formal sobre o processo  
77 judicial, destacando que não se deve usar meios informais como telefone ou WhatsApp.  
78 Antonio Ednaldo informou que foram consultadas oficialmente as informações públicas  
79 disponíveis sobre o PMI, que indicavam que o PMI ainda estava em curso, apesar dos  
80 problemas. Ele explicou que a nota foi estruturada com base nessas informações, mas

81 José Armando Barreto reiterou a importância da formalidade e da resposta oficial. Alan  
82 Vargas levantou a questão de que municípios com concessão não podem receber  
83 investimentos específicos, questionando se a falta de informação do Cidennf era o  
84 problema. Thais Nacif confirmou que as informações no site do Cidennf indicavam  
85 continuidade do processo, e que a nova informação era recente. Antonio Ednaldo  
86 explicou que, no caso de Varre-Sai, existiam projetos da FUNASA para a área central, mas  
87 outros bairros em crescimento estavam fora desses projetos antigos. Amaro Neto sugeriu  
88 que a minuta de resolução fosse aprovada na Câmara Técnica, pois não entraria em vigor  
89 imediatamente e que a plenária, cuja reunião ocorreria em seis dias, poderia avaliar a  
90 resposta do Cidennf e decidir se manteria a pauta ou não, evitando retrabalho. Thais Nacif  
91 apoiou a sugestão de aprovar a minuta como está, apresentando a resposta do Cidennf  
92 na plenária para então decidir sobre a continuidade do processo ou seu retorno à CTC  
93 para alterações na hierarquização, caso o processo não fosse dado continuidade. José  
94 Armando Ribeiro Barreto concordou com a aprovação da minuta, mas solicitou que  
95 constasse uma ressalva formal de que a validade dependia da situação do PMI do Cidennf,  
96 necessitando também de verificação junto ao judiciário. Ele destacou a importância de  
97 agir formalmente para evitar futuros prejuízos, como a necessidade de devolver recursos  
98 já executados. Thais Nacif assegurou que todas as informações seriam levantadas e que  
99 o Cidennf era o responsável pelo consórcio. Zenilson Coutinho colocou a minuta de  
100 resolução em votação, com José Armando Ribeiro Barreto manifestando-se pela  
101 aprovação, desde que a ressalva fosse incluída. Thais Nacif confirmou que a ressalva seria  
102 considerada e que o assunto seria levado à plenária para aprovação ou reformulação. A  
103 minuta de resolução sobre a hierarquização foi aprovada pela Câmara Técnica,  
104 condicionada à confirmação do Cidennf. **Item 4 – Apreciação de minuta de resolução de**  
105 **aprovação de cota-alvo para a Lagoa Feia, definida no GTMC para o período de inverno**  
106 **do ano de 2025:** Thais Nacif apresentou a minuta de resolução para a aprovação da cota  
107 alvo para a Lagoa Feia no período de inverno de 2025, de 2,15m. Zenilson Coutinho  
108 reforçou que a cota já havia sido aprovada em reunião plenária do mês de agosto de 2025  
109 e que a minuta visava apenas formalizá-la. José Armando Barreto apontou um equívoco  
110 na minuta, afirmando que a decisão final sobre a cota alvo havia sido da plenária, e não  
111 do GTMC. Ele defendeu que a resolução deveria citar a plenária como órgão decisório,  
112 pois o GTMC e as Câmaras Técnicas eram instâncias orientadoras, não decisórias, e que  
113 todas as resoluções do comitê emanavam da plenária. Amaro Neto e Thais Nacif  
114 explicaram que a minuta formalizava uma decisão que já havia sido aprovada em plenária,  
115 sendo um trâmite regimental. Luiz Geraldo Manhães concordou com José Armando  
116 Ribeiro Barreto sobre a importância de citar a plenária como órgão decisório, mesmo que  
117 fosse uma mera formalidade, devido à resistência anterior em levar a ata para aprovação  
118 em plenária. Ele ressaltou que a plenária era a instância máxima e que a minuta deveria  
119 refletir essa hierarquia. Alan Vargas sugeriu uma alteração no texto para "discutida e  
120 proposta pelo GTMC e aprovada pela plenária". Após a discussão, Thais Nacif aceitou a

sugestão de Alan Vargas, alterando o texto para refletir que a cota foi "discutida e proposta por consenso do grupo de trabalho de manejo de comportas em reunião realizada e aprovada pela plenária". Com essa alteração e a inclusão da data da plenária (12 de agosto de 2025), o consenso foi alcançado, e a minuta de resolução foi aprovada.

**Item 5 – Apreciação de minuta de resolução sobre a prorrogação da delegação à AGEVAP das funções inerentes à Agência de Água do CBH-BPSI:**

Thais Nacif apresentou a minuta de resolução sobre a prorrogação da delegação da AGEVAP como agência de água do CBH-BPSI, que foi solicitada pelo INEA. Ela explicou que essa resolução prevê uma prorrogação do tempo do contrato para permitir discussões sobre a renovação futura e alinhamento dos contratos de gestão entre todos os comitês do estado. Ingrid Delgado informou que a última renovação ocorreu em 2020 e que a atual prorroga a delegação por mais cinco anos (até 2030). Ela detalhou que essa extensão visa unificar os contratos de gestão de todos os comitês do estado, com um novo contrato para os Comitês a partir de 2028. José Armando Ribeiro Barreto antecipou seu voto pela aprovação da prorrogação. A minuta foi aprovada por unanimidade. **Item 6 – Assuntos gerais:** Thais Nacif destacou a importância da participação de todos na plenária que ocorrerá na semana seguinte, no dia 25, para aprovar as minutas apreciadas na reunião e discutir a resposta sobre a resolução da hierarquização. Zenilson Coutinho reforçou a convocação para a reunião plenária, sublinhando a necessidade da presença para a aprovação das resoluções. **Item 7 – Encerramento:** Reunião encerrada pelo Coordenador da CTC, Zenilson Coutinho, às 15h41. A presente ATA foi lavrada pelo Especialista Administrativo Amaro Neto (Agevap) e depois de aprovada será assinada pelo Coordenador da CTC do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.



**Zenilson do Amaral Coutinho (ASFLUCAN)**  
Coordenador da CTC